

SINDICALISMO DOCENTE UNIVERSITÁRIO NA AMÉRICA LATINA – HISTÓRIA E EMBATES POLÍTICOS NA CONTEMPORANEIDADE. (1990-2010)

Carlos Bauer¹ / Suelen Pontes²

Resumen

O presente artigo tem por objetivo apresentar dados parciais da pesquisa Sindicalismo Docente Universitário na América Latina – história e embates políticos na contemporaneidade. (1990-2010), preocupada em estudar a história da resistência e dos conflitos protagonizados entre os sindicatos docentes universitários latinoamericanos e os seus respectivos governos nacionais.

Introdução

Os últimos decênios do século XX registraram intensas modificações econômicas, políticas e sociais na maioria dos países latino-americanos, com destaque para o processo de redemocratização experimentando por diferentes nações dessa região. Nesse cenário, muitas vezes, marcado por conflitos e mobilizações sociais, também se verificou a disposição das elites políticas em promover o que se convencionou chamar de reforma do Estado, muito embora esse intento não possa ser caracterizado como regra, com características homogêneas em cada país, alguns dos seus aspectos mais relevantes são os mesmos e os atingiu indistintamente.

Mas é bom que se diga que as condições estruturais de cada país influenciaram na dinâmica de aceitação, repulsa e condicio-

namento do alcance dessas reformas. Este conjunto de propostas de reestruturação da economia, do setor público e desdobramentos no setor privado trouxeram uma série de mudanças que implicaram de forma significativa nas relações culturais, de trabalho e de poder entre as distintas classes sociais e suas representações políticas e dirigentes de ações coletivas.

Se relacionado diretamente com esses processos de transformações econômicas, políticas e sociais, a problemática educacional passou a ganhar destaque e mesmo relevo nos discursos dos governantes latino-americanos, que passaram a assumir compromissos de investirem mais recursos no setor, universalizar o acesso à educação básica e melhorar a qualidade e a abrangência social dos seus sistemas educativos.

Em diferentes países da América Latina foram realizadas mudanças significativas no modo em que se governa e se tomam decisões sobre o sistema educativo preconizando como objetivo a melhoria da qualidade da educação, sua descentralização, o fortalecimento do poder local e a promoção da autonomia foram pontos comuns que estiveram presentes nas plataformas das reformas recomendadas na maioria dos países.

Ocorre que a efetivação das propostas de reformas educacionais na maioria dos países latino-americanos trouxe mudanças que afetaram direta e profundamente os docentes e as organizações sindicais dispostas a representá-los. Essas invariavelmente se opuseram as reformas e se constituíram no principal obstáculo à sua consumação.

1 Dr. Carlos Bauer, Miembro de la Junta Directiva de la SHELA. Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Nove de Julho – PPG/Uninove, São Paulo, Brasil. carlosbauer@pesquisador.cnpq.br

2 Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Nove de Julho – PPG/Uninove, São Paulo, Brasil. suelen.pontes@hotmail.com

Por conta disso, em linhas gerais, pretendemos estudar a história da resistência e dos conflitos protagonizados entre os sindicatos docentes universitários e os governos nacionais dos seguintes países e territórios latino-americanos: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Saint Kitts, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela, procurando identificar os comportamentos comuns que por ventura existiram no transcurso das ações políticas e sociais em cada país e território citado.

Evidentemente, não teremos condições de efetivar a realização de entrevistas com os dirigentes sindicais e outras personalidades do mundo acadêmico em toda América Latina, mas por conta de algumas de suas peculiaridades, como o papel de resistência às reformas ditas neoliberais, realização de greves e manifestações sociais, julgamos que alguns desses países merecem ser visitados.

Essa similitude nos aparece plausível, pois os processos de reforma estiveram centrados em quatro questões fundamentais: 1) as condições de trabalho, os salários e a valorização da profissão docente; 2) a organização e a gestão do sistema educativo local, regional e nacional; 3) o planejamento das reformas com a garantia de diálogo e espaço de participação das organizações docentes nos fóruns de decisão política; 4) a avaliação docente e discente.

Além do que como parte integrante do movimento mais geral dos trabalhadores, o sindicalismo docente latino-americano tem sido o porta-voz de uma visão de sociedade

que se opõem ao liberalismo econômico e as condições que esse impõe aos que vivem do trabalho.

Problema identificado

Não encontramos, com muita frequência, uma história social e crítica do sindicalismo universitário latino-americano abrangente, com os seus pontos de confluência, tensões e análises de suas experiências políticas, lutas corporativas, práticas culturais, questionamentos dos poderes governamentais, das agências internacionais e possibilidades de exercícios políticos e ardis contra-hegemônicos nesta etapa histórica da mundialização do capital.

Essa tarefa não é fácil, mas que precisa ser realizada pelos historiadores sociais da educação, pois, tradicionalmente, contamos com pesquisas e estudos realizados sobre a história das idéias pedagógicas, que privilegiam a vida e a obra dos grandes educadores europeus ou norte-americanos, sua influência na América Latina, a análise dos homens que fundaram os sistemas educativos estatais, ampliaram o acesso à educação e que transformaram as relações dos cidadãos com a cultura e a sociedade, o que não deixa de ser importante, mas não é isso que move nossos objetivos e disposição de pesquisa na área educacional.

De nossa parte, julgamos pertinente pensar a construção da história da educação latino-americana através das vozes dos seus personagens coletivos, dos seus intelectuais orgânicos, tendo também como fontes jornais, livros, panfletos sindicais e outras manifestações da cultura material que diuturnamente produzem no afã de combater a ordem política, econômica e social estabelecida.

A presente proposta de pesquisa se coloca no campo de uma história social crítica e problematizadora da educação, pre-

tendendo contribuir com a produção de um conhecimento que possa trazer à tona as ações, as lutas, os questionamentos dos sindicalistas universitários latino-americanos aos modelos educacionais vigentes, estimulando, assim, as reflexões que tornem possível a convergência de seus propósitos políticos e sociais.

Objeto

O objeto deste trabalho é o Sindicalismo docente universitário na América Latina. Nesse percurso, procuraremos compreender o papel desses sindicatos e associações em uma perspectiva histórico-social e, por meio desse processo, constatar e analisar os embates políticos, sua atuação junto aos educadores, tendo como recorte os anos entre 1990 e 2010, período marcado pelas políticas governamentais voltadas para as reformas do Estado, em geral, e, em particular, para as universitárias.

Trata-se, portanto de trazer para o campo da pesquisa, na área educacional, estudos que se preocupem com as experiências e formas de organização política e sindical dos educadores, na América Latina, procurando entendê-los também no momento em que expressam suas concepções de mundo e crítica social, num terreno arduamente construído e tensão social.

Um rápido balanço da bibliografia sobre o sindicalismo docente na América Latina confirma a existência de dois grandes processos que chamaram a atenção dos estudiosos do assunto. O primeiro, as grandes mobilizações docentes da década de 1980. Verificou-se, em vários países (com destaque para o México e o Brasil, onde o ciclo de mobilizações começou em 1978 e 1979 respectivamente) era difícil achar antecedentes de greves tão radicais.

Também foram registrados movimentos grevistas no Peru, Argentina e Chile,

onde entre 1968 e 1975 tinham sido levadas adiante vigorosas experiências sindicais, a mobilização sindical foi retomada. Este processo de agitação dos sindicatos de professores na região, naqueles dias, se explica pela longa recessão econômica (que debilitou as contas fiscais e por essa via as remunerações dos professores), a continuidade da expansão do sistema educacional (conseguido em parte por meio da redução salarial dos trabalhadores do sistema), as altas taxas de inflação (que empurravam aos trabalhadores a conflitos grevistas para manter o poder aquisitivo) e os processos de democratização política (que deram a abertura suficiente para que o descontentamento generalizado se expressasse e politizaram os movimentos).

Entre os temas de pesquisa apareceram à própria mobilização (mecanismos de participação, métodos de luta, greves e democracia sindical), a identificação dos docentes como “trabalhadores em educação” e a história proto sindical ou sindical da categoria.

O segundo processo que interessou aos pesquisadores foi à posição dos sindicatos perante a agenda de reformas instalada a começos da década de 1990 na região. Em pese às diferenças entre os países, a estabilização econômica e a hegemonia ideológica e política do neoliberalismo possibilitaram instalar uma série de reformas que produziu tensões com as organizações docentes. Os temas mais controvertidos foram a desconcentração do emprego, a flexibilização trabalhista, a participação da comunidade na administração dos centros escolares e as propostas de avaliar o desempenho docente. Estas reformas se fizeram contra os sindicatos e os professores e se encontraram, naturalmente, com a sua oposição. A dinâmica de investigações refletiu esta nova situação. Com efeito, pela negociação desde

posições de força (México) e pelo seu papel na deslegitimação das reformas educacionais (Argentina, Bolívia, Brasil, etc.) os sindicatos de professores foram os grandes agentes da moderação do ímpeto reformista dos anos 1990.

No Brasil existe uma importante produção sobre sindicalismo docente, embora tenha pouca visibilidade internacional. Esta é realizada basicamente nos programas de pós-graduação em educação, existem alguns trabalhos que têm sido desenvolvidos fora desse âmbito acadêmico e se agrupam em estudos de caso sobre sindicatos estaduais. Há algumas poucas pesquisas que comparam sindicatos do mesmo estado e outras poucas nacionais ou interestaduais e alguns trabalhos desenvolvidos nos programas de História e Sociologia. As temáticas privilegiadas são a mobilização e a desmobilização da categoria, a identidade dos professores e, posteriormente, a ação sindical frente às reformas educacionais. Existe uma linha de pesquisa, que parece se fortalecer, voltada ao estudo das entidades tradicionais e à atividade sindical do professorado prévia à irrupção das greves de 1978-79.

O desenvolvimento do presente projeto de pesquisa pressupõe a coleta de documentos e a realização de entrevistas com os representantes sindicais da Federação dos Docentes Universitários da Argentina – FEDUN, a Federação de Sindicatos de Docentes Universitários da América do Sul – Fesiduas, Sindical da Universidade de Havana (Cuba), Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Nacional Autónoma do México – STUNAM, Asociación de Funcionarios de la Universidad del Trabajo del Uruguay – AFUTU, Federación de Educadores de Venezuela – FEV, Venezuela, Organización de Trabajadores de la Educación del Paraguay – OTEP, Asociación Sindical de Profesores y Funcionarios Univer-

sitarios de Bolivia –ASPROFU, a Internacional da Educação para América Latina – IEAL e, no Brasil, o Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES, a Associação dos Docentes da Universidade do Estado de São Paulo – ADUNESP, a Associação dos Docentes da Universidade de Campinas – ADUNICAMP e a Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo – ADUSP.

FEDUN – Federação dos Docentes Universitários da Argentina

A Federação dos Docentes Universitários da Argentina – Fedun nasceu de uma associação de doze associações universitárias de Lanús e da província de San Luís no dia 25 de fevereiro de 2005.

Os docentes universitários careciam de uma política a nível Nacional. A defesa dos interesses profissionais dos docentes era levado por um pequeno grupo de sindicatos de algumas universidades, o que demonstrava um altíssimo grau de precariedade e falta de representação de uma grande quantidade de docentes.

Diante deste panorama esses sindicatos foram unidos para dar voz as reivindicações dos docentes universitários junto ao governo para garantir seus direitos e lutar por melhores salários e condições de trabalho.

A Fedun conta hoje com mais de 30 mil afiliados em todo o país e tem representação em 21. A Fedun vem lutando arduamente no debate e na elaboração de uma legislação que contemple os pilares fundamentais do exercício da docência da educação superior.

A principal reivindicação da proposta é o reconhecimento dos direitos de todos os trabalhadores docentes universitários, adequando-se aos modernos termos em matéria de direitos humanos e estabelecendo de

uma vez, os limites éticos e morais para o ingresso e permanência nos cargos docentes diretivos e políticos de nível educativo.

Em 2012, após análises, discussões e debates sobre a proposta de aumento salarial a Fedun fecha o acordo depois de votação unânime. Foram garantidas as seguintes conquistas: aumento salarial de 21% em 3 parcelas, março (12%), junho (6%) e setembro (3%), garantia salarial para cargos de dedicação semi exclusiva de 2800 pesos, ampliação e garantia salarial aos docentes com dedicação exclusiva a 5600 pesos, como também para os que possuam cargos simples, nenhum por menos de 1400 pesos, inclusão de sistema de becas para a finalização de teses que garantam a formação de pós graduação dos docentes universitários.

Por outro lado a Fedun segue lutando por: capacitação docente; inclusão de um *plus* para os docentes que possuem especialização, eliminação do imposto sobre o salário dos trabalhadores tal qual aprovado em Congresso da entidade.

FESIDUAS – Federação de Sindicatos de Docentes Universitários da América do Sul

A Federação dos Sindicatos Docentes Universitários da América do Sul é constituída por organizações sindicais e grêmios que representam os trabalhadores docentes das instituições de educação universitária da América do Sul.

A FESIDUAS é uma organização internacional autônoma de caráter federativo, que respeita a autonomia de cada uma das organizações afiliadas e sua ação compreende a região Sul Americana.

A FESIDUAS foi criada em 2 de dezembro de 2011, o Congresso Constitutivo realizado na cidade de Buenos Aires. Nasce como uma organização supranacional que representa o coletivo dos sindicatos,

federações e associações de docentes universitários das universidades da América do Sul com o objetivo de lutar na defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores e trabalhadoras docentes e investigadores universitários como também das organizações que a representam e estão afiliadas, coadjuvando a luta por mudança e transformação econômica, social e política Sul Americana.

A FESIDUAS está comprometida a trabalhar em defesa da universidade pública e gratuita; contra os postulados neoliberais que consideram a educação como uma mercadoria. Considera todos os níveis da educação do sujeito como um direito humano inalienável e fundamental, e lutará para que os Estados assumam a obrigação de garantir esses serviços públicos a todas as pessoas, o acesso gratuito a todos os níveis educativos sem distinção alguma.

Promover o intercâmbio, a cooperação e a unidade de ação entre as organizações afiliadas, para lograr o melhoramento e as condições laborais, sociais, profissionais, técnicas e econômicas de seus membros; projetar a comunidade internacional promovendo legislações, acordos com os requerimentos da sociedade, entendendo que a paz e a estabilidade das nações só se logram garantindo a liberdade e a justiça social, econômica e política de seus habitantes, construindo como consequência e em definitivo uma justiça a serviço do povo, lutando por uma unidade Latino Americana e Caribenha para cumprir com as aspirações de justiça e solidariedade de nossos povos.

A FESIDUAS luta por uma unidade política e especialmente sindical universitária na região.

Entre os compromissos da FESIDUAS está a ação conjunta e solidária com a FESITRAUCAMC, para levar adiante uma

agenda em comum na defesa dos trabalhadores docentes das universidades públicas da região, assim como impulsionar a articulação com outros setores da comunidade universitária, educativa, cultural e científica da região da América Latina e Caribe, para lutar por interesses comuns.

Em março de 2012, foi decidida a criação do Instituto de Pesquisa na Educação Latino Americana e do Caribe (IPE-latC), cujo Congresso foi realizado na cidade de Belo Horizonte.

STUNAM – Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Nacional Autônoma do México

O Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Autônoma do México – STUNAM – surgiu paulatinamente a partir das mobilizações da categoria em conjunto com os estudantes e demais outros, ocorridas durante a década de 1930. Período no qual as lutas internas por liberdade de expressão combatem a opressão e a possibilidade da existência concomitante de correntes políticas como o conservador, o liberal e o socialista, permitiram os primeiros passos de uma organização interna que representasse os interesses da categoria e da classe trabalhadora como um todo dentro da universidade.

As primeiras formas de organização e ação dos trabalhadores da UNAM foram por meio de participação nos conselhos universitários. Sua presença nesses organismos permitiu o início da quebra das amarras de servidão e hierarquização existentes nas estruturas universitárias de então. Os trabalhadores buscaram apresentar sua situação e reivindicar melhorias nas suas condições de trabalho. Cabe registro que foi nessa década que a categoria obteve seu registro sindical, o primeiro da história do sindicalismo universitário no México,

que apesar dos avanços e retrocessos deste período – o primeiro contrato coletivo de trabalho obtido em uma instituição universitária, mas o primeiro grupo sindical teve vida efêmera –, representou uma vitória para essa importante categoria mexicana.

Enquanto entidade representativa, a STUNAM surgiu em 26 de setembro de 1929, com o nome *Unión de Empleados de la Universidad Nacional de México Autónoma* (União dos Empregados da Universidade Nacional do México Autônomo) – UEUNMA. No principio, suas características remontavam às entidades associativistas, buscando proporcionar uma rede de ajuda mútua entre os trabalhadores da universidade. Característica essa muito comum nesses anos nas primeiras entidades da categoria e de docentes por toda a América Latina.

Contudo, a experiência associativista se completava rapidamente, e a necessidade de se avançar na concepção de entidade se fez presente. Em 1933, os trabalhadores da UNAM criaram o *Sindicato de Empleados y Obreros de la Universidad Autónoma de México* (Sindicato dos empregados e operários da Universidade Autônoma do México) – (SEOUAM).

No entanto, frente ao avanço da organização classista, a ofensiva por parte do Estado e da universidade começa a se fazer presente. Em 1937 as autoridades internas criam um sindicato branco, denominado *Unión de Profesores, Empleados y Obreros de la UNAM* – UPEOUNAM. Ao mesmo tempo os professores universitários da instituição organizaram a *Federación de Profesores de la Universidad Nacional Autónoma de México*, como resultado da junção de diversas entidades docentes existentes nas diferentes faculdades e escolas no interior da UNAM.

Com o cancelamento do registro sindical na SEOUAM, em 1949, surge em seu

lugar a STUNAM, que ainda demorará em obter finalmente sua carta e registro sindical, duramente conquistada após embates contra o Estado.

Durante a década de 1960, a conjuntura de grandes transformações econômicas, sociais e políticas em toda a América Latina e no mundo, permitiu o desenvolvimento de uma grande participação e ação política de diversos setores sociais. No México, a exemplo de demais outros países, o movimento estudantil se constituiu como um dos pilares destas mobilizações. Nesse contexto, os trabalhadores da UNAM, por meio de suas entidades, participaram conjuntamente com os estudantes nas lutas que marcaram a época. Também foi um período de grande desenvolvimento ideológico das entidades sindicais, com influência dos grupos de esquerda e de movimentos democrático-liberais então existentes.

Hoje a STUNAM representa os trabalhadores acadêmicos e administrativos da Universidade Autônoma do México, sem distinção de tipo de trabalho que realizam dentro da instituição. Seus princípios baseiam na interpretação classista da realidade atual, buscando propiciar aos seus filiados e representados o desenvolvimento de sua consciência proletária e a organização da luta em defesa de seus interesses de classe. Seu discurso ainda avança da necessidade do reconhecimento da luta de classes como caminho a fim de se abolir as relações sociais de exploração capitalistas e conquistar uma nova estrutura social justa e igualitária.

Por fim, a STUNAM se manifesta pela unidade da classe trabalhadora, de diferentes categorias, apoiando inclusive as tendências democráticas existentes no interior dos sindicatos atrelados ao governo. Busca, assim, a manutenção de uma solidariedade de classe, além do impulso a criação de sin-

dicatos únicos e nacionais, universitários e de demais outras categorias.

FEV – Federación de Educadores de Venezuela

A Federação de Educadores da Venezuela – FEV, foi constituída em 16 de novembro de 1982 e registrada no Ministério do Trabalho no dia 26 de abril de 1983 com registro número 236, folha 127. É uma organização de caráter sindical que nasceu dentro da lei orgânica de educação de 1980, a qual consagra o direito dos trabalhadores da educação. Legitimada no processo eleitoral, reconhecido pelo Conselho Nacional Eleitoral segundo Gazeta eleitoral da República Bolivariana da Venezuela n° 297, ficha 02 d março de 2006.

A missão da Fev é promover e impulsionar o estudo, melhoramento, aperfeiçoamento, defesa, proteção, progresso, profissionalização e estabilidade dos direitos e interesses laborais, sociais, científicos, culturais, acadêmicos, administrativos, intelectuais, profissionais, sindicais, institucionais, técnicos, industriais, agropecuários, assistenciais, comerciais, econômicos, éticos e morais; de todos e cada um de seus sindicatos e trabalhadores da educação afiliados e igualmente o fortalecimento, organização, unificação e coesão orgânica soberana e independente do movimento sindical Venezuelano, solidariedade fraternal, material e moral com o sindicalismo internacional, continental e mundial.

Seus objetivos são de afiliar e integrar todos sindicatos profissionais técnicos na docência, para obter melhores benefícios na área educacional.

Fomentar e participar ativamente de planos e iniciativas para a melhoria e avanços na industrialização básica nacional, gerar novas fontes de trabalho, com diminuição da jornada de trabalho, melhores

condições de vida e de aumento do poder aquisitivo dos salários.

Criar cooperativas de consumo, de produção, centros recreativos, assistência, proteção, seguro social integral de bens, tanto para os profissionais técnicos da docência, como para seus familiares.

Velar para que as leis constitucionais e a lei orgânica do trabalho e seu regulamento, as convenções coletivas de trabalho e no geral todas as leis que protejam os trabalhadores da educação.

Amparar e garantir a melhor defesa e proteção de nossos afiliados dentro da mais depurada paz laboral, direitos humanos, liberdades públicas, ética e justiça social, combatendo todo princípio de discriminação, exploração e arbitrariedade político-social.

Manter os laços de solidariedade sindical tanto nacional como internacional, especialmente em conflitos que ponham em perigo os direitos e conquistas dos trabalhadores.

ASPROFU – Asociación Sindical de Profesores y Funcionarios Universitarios de Costa Rica

A Associação Sindical de Professores e Funcionários Universitários – ASPROFU, nasceu em 29 de novembro de 1962 por iniciativa de um grupo de professores da Universidade da Costa Rica.

A ASPROFU tem um histórico de lutas nas últimas décadas contribuindo no setor educativo, sindical, laboral, cultural, recreativo, ambiental, protegendo os interesses sócio econômicos dos associados e da comunidade.

A ASPROFU luta para propiciar a solidariedade entre os trabalhadores, para promover melhorias nas atividades e na profissão dos docentes. Velar pelos interesses dos afiliados, com lutas e campanhas salariais,

melhores condições de trabalho para seus afiliados.

Investe em programa de seguro social próprio em colaboração com instituições desta natureza. Cria, estimula e fomenta estabelecimentos e obras sociais de utilidade comum, tais como associações, cooperativas, assistenciais e preventivas. Impulsiona o melhoramento cultural e a capacitação técnica de seus afiliados, além de mudanças estruturais profundas que possibilitem a construção de uma sociedade mais justa, livre e democrática.

A ASPROFU procura a conciliação de conflitos entre trabalhadores e patrões, intervindo em todos problemas que afetem o trabalhador em sua condição. Projeta e mantém laços com instituições afins, tanto a nível nacional como internacional.

ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior

No Brasil objeto central de nossas análises deverá dizer respeito à existência e atuação da ANDES-SN, a entidade representativa nacional dos docentes das instituições públicas do ensino superior.

O Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior teve e tem um papel destacado em lutas, tanto em questões sindicais imediatas como salariais e condições de trabalho nas instituições, como também com bandeiras mais gerais e políticas, como a resistências as políticas neoliberais e a proposição de um projeto contra-hegemônico de sociedade. Desde a sua fundação, em 1981, a entidade nacional tem atuado na associação do trabalho acadêmico e profissional interno das universidades na realidade social, dentro do conceito de totalidade, não dissociando um do outro. Isso repercute em seu posicionamento ao incorporar uma ampla pauta de questões com um forte recorte classista, dando-lhe sua marca

registrada e diferenciando-se de demais outras entidades representativas de docentes da iniciativa privada (os Sinpro's – Sindicatos de Professores regionalizados).

Em seu site, o Andes explica que sua atuação no movimento docente “[...] constituiu-se na relação permanente com as experiências de outros trabalhadores que lutam pelo reconhecimento de direitos sociais para todos os brasileiros”.³

Com essa caracterização, o sindicato nacional se posicionou combativamente diante da ofensiva neoliberal que se efetivou a partir dos governos FHC, sendo um importante instrumento de resistência por parte dos docentes e trabalhadores de sua base social. O seu peso dentro do movimento sindical brasileiro é destacado, e suas seções sindicais (entre elas as seções paulistas) têm atuado de forma combativa em diversas ocasiões como as greves do período. Esta caracterização não sofreu grandes abalos com a ascensão dos governos de Frente-Popular de Lula e Dilma, como observamos, durante as lutas contra as reformas previdenciária, sindical e trabalhista que se configuraram no período. A atuação de forma combativa em uma nova conjuntura política e sindical no Brasil fez com que a entidade rompesse com a Central Única dos Trabalhadores em 2005, e em seu 26º Congresso na Paraíba (2007) fosse deliberada a sua filiação a Coordenação Nacional de Lutas – atual CSP-CONLUTAS.

O Estado de São Paulo, considerado o ente federativo mais rico e desenvolvido do país, não esteve à parte desse processo. As universidades estaduais paulistas (leia-se USP, UNESP e UNICAMP) também sofreram e sofrem intervenções que buscam adequá-los ao projeto neoliberal. Como

apontado acima, suas entidades representativas – de cunho sindical ou associativista – cumprem um papel, mesmo que precário, nas lutas e na resistência, articulando professores e trabalhadores nos embates isolados e/ou amplos que se desenvolvem dentro e fora das universidades.

Analisar como estas entidades se caracterizam histórica e socialmente, nos permitem compreender como se desenvolve todo o processo de avanço e recuo da ação e do “protagonismo” desses sujeitos sociais frente a esses desafios. Também neste momento, ao investigarmos o caso específico dessas entidades, nos permitem compreender o fenômeno no contexto mais geral, sem relegar as características próprias de outras regiões do país. Por isso iremos, no bojo do presente projeto de pesquisa, como também por conta de nossa localização geográfica, realizar esse exercício fazendo um pequeno levantamento das características históricas das entidades representativas existentes no interior do ensino superior público paulista.

ADUNESP – Associação dos Docentes da Universidade do Estado de São Paulo

Uma das características das mobilizações existentes nas universidades brasileiras é o fracionamento das entidades que se dizem representantes dos sujeitos sociais atuantes nesses ambientes. Como poderemos ver em outros casos, na Universidade do Estado de São Paulo – UNESP – os professores e pesquisadores se organizaram separadamente dos demais trabalhadores da instituição, compondo uma entidade exclusiva para o seu segmento.

A Associação dos Docentes da UNESP – ADUNESP – surgiu em 1976 como consequência das lutas dos docentes contra o fechamento de cursos e transferências forçadas neste período. No contexto da ditadura militar, a entidade se posicionou no

³ Site do ANDES-SN (<http://antigo.andes.org.br/historia.htm>) acessado em 02/05/2012.

campo da luta democrática e no combate ao regime civil-militar instaurado no país em 1964. Nas grandes mobilizações características dos anos 1980, a Adunesp buscou organizar sua base social, tanto no ponto de vista das lutas sindicais, quanto também nas lutas políticas.

Os anos 1990 foram marcados pelas lutas e resistências à implantação das políticas neoliberais, ao processo de privatização, à precarização das condições de trabalho dos docentes e ao sucateamento da instituição como um todo. O combate se deu no campo sindical e político, fazendo oposição aos governos federal e estadual de então, como também aos reitores que ocuparam o cargo ao longo desses anos.

Atualmente as suas características a aproxima da definição de sindicato, apesar de não levar essa palavra ao seu nome. Reivindica-se como seção sindical do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES-SN – e sua atual diretoria adota uma postura crítica e combativa frente aos governos dos presidentes Lula e Dilma, apontando como continuadores da implementação das políticas neoliberais no Brasil e, mais especificamente, no ensino superior público nacional.

O Estado de São Paulo, considerado o ente federativo mais rico e desenvolvido do país, não esteve à parte desse processo. As universidades estaduais paulistas (leia-se USP, UNESP e UNICAMP) também sofreram e sofrem intervenções que buscam adequá-los ao projeto neoliberal. Como apontado acima, suas entidades representativas – de cunho sindical ou associativista – cumprem um papel, mesmo que precário, nas lutas e na resistência, articulando professores e trabalhadores nos embates isolados e/ou amplos que se desenvolvem dentro e fora das universidades.

ADUNICAMP – Associação dos Docentes da Universidade de Campinas

Como observado na Adunesp, a Associação dos Docentes da Universidade de Campinas também busca organizar o conjunto dos professores e pesquisadores da UNICAMP, mas sem representar outros segmentos de trabalhadores existentes no interior da universidade.

Criada em 1977, a Adunicamp também nasceu em meio ao contexto das lutas contra a ditadura civil-militar. Em sua fundação, realizada em uma assembléia que contou com a participação de 370 professores, a entidade assumiu a tarefa de:

[...] atuar como um sindicato, lutando pelos direitos trabalhistas dos professores, e também como uma associação de trabalhadores preocupada com a democracia, empenhada em unir-se a outras entidades semelhantes, apoiando-as. Ao mesmo tempo, deveria dar sua contribuição à Universidade pública brasileira – com o propósito de identificar qual o lugar dessa instituição em um país com as particularidades do Brasil - e à própria Unicamp, que carecia de mecanismos de decisão transparentes e abertos⁴.

Já em 1978 a entidade organizou sua primeira greve de professores na instituição, e no ano seguinte participou do amplo movimento do funcionalismo paulista em conjunto com outras categorias de servidores públicos e trabalhadores em educação. A partir de então a ligação com entidades de docentes de outras universidades públicas paulistas permitiu o desenvolvimento de laços que culminaram na formação do Fórum das Seis (entidade que inicialmente congregava as associações de docentes e de técnico-administrativos das três univer-

4 Site da ADUNICAMP (<http://www.adunicamp.org.br/Entidade/Historia/Default.aspx>), consultado em 30/04/2012.

sidades públicas paulistas e que hoje congrega ainda os DCE's da Unicamp e USP e o sindicato dos trabalhadores do Centro Paula Souza⁵)

Um dos destaques que sua atual diretoria faz em relação aos últimos anos, além das greves marcantes deste período, foi à transformação estatutária e jurídica da Adunicamp em um sindicato e em seção sindical da ANDES-SN. Processo este apontado como fruto de um amplo debate com a base da categoria e que permitiu o avanço da entidade enquanto instrumento de luta dos professores da universidade.

Não obstante fazer parte do mesmo contexto das demais universidades e entidades, a Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo surgiu como alternativa de atuação e representação à Associação dos Auxiliares de Ensino, criada em 1956 para defender os interesses dos professores não catedráticos. Esta foi considerada ineficaz e pouco atuante durante a ditadura civil-militar. Além disso, o grande impulso para o surgimento das mobilizações na segunda metade da década de 1970 foi o assassinato do jornalista e também professor da USP Vladimir Herzog, nas dependências do DOI-CODI de São Paulo.

Neste contexto, os docentes e pesquisadores da universidade perceberam a “necessidade da criação de uma entidade que os representasse, que promovesse a integração docente e que encaminhasse as reivindicações da categoria”⁶. Como parte desta luta, a entidade participou ativamente das mobilizações pela redemocratização do país entre o fim da década de 1970 e o início dos anos 1980, além de atuar como instrumento de ação, reivindicando conquistas salariais, melhores condições de trabalho e mais verbas para a educação, buscando associarem-se aos demais movimentos so-

ciais existentes dentro e fora do ambiente universitário.

Os anos 1990 foram marcados por lutas contra as políticas neoliberais implantadas pelos governos federal e estadual. Lutas essas que continuaram nos últimos 20 anos, quando a Adusp se posicionou contra as reformas previdenciária, sindical e trabalhista, que começaram a ser discutidas e implementadas nos governos FHC e continuadas nos governos Lula e Dilma. Destaca-se a sua atuação, junto com demais outras entidades, na construção do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES-SN – tornando-se em 1990 sua seção sindical no interior da USP. Além disso, a questão democrática é muitas vezes citada e reivindicada, como na citação existente no site da Adusp:

Termino evocando a experiência recente da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp), em cujos quadros milito. Foi ela que, pela primeira vez, criou nos seus conselhos e assembleias um ambiente onde os docentes de todas as categorias se encontraram, discutiram, concordaram, divergiram, decidiram em pé de igualdade, coisa inexistente na vida universitária reconhecida pelos regulamentos internos. Com isso, ela deu expressão ao que é realidade atual do ensino e pesquisa, feitos igualmente por docentes de todas as categorias, e não por titulares aos quais se reconhece lugar privilegiado nas deliberações. (...) Sua grande vitória foi a fundação de um modo novo de conceber a atividade docente, seus deveres, sua capacidade de ação, seu futuro regenerador ao lado dos colegas de outros níveis, dos funcionários, dos alunos⁷.

5 Idem.

6 Site da ADUSP (<http://www.adusp.org.br/index.php/a-adusp2/historico>), consultado em 30/04/2012.

7 Antonio Cândido em palestra proferida em 1979. Site da ADUSP (<http://www.adusp.org.br/index.php/a-adusp2/historico>), consultado em 30/04/2012.

Apesar de representar apenas os docentes da universidade, a entidade busca uma aproximação estreita com outras entidades, como o SINTUSP (Sindicato dos Trabalhadores da USP), dentro do discurso da necessidade da união da classe trabalhadora para fazer frente à ofensiva do capital e dos governos burgueses.

Relevância

Opinamos que estudar a temática do sindicalismo dos trabalhadores em educação na América Latina é fundamental, na medida em que os sindicatos, ligados aos educadores, vêm contribuindo, com suas lutas e reivindicações, no processo de acesso e democratização de alguns dos direitos inerentes a esfera educativa.

Estamos, na América Latina, longe de ter universalizada uma série de direitos políticos, sociais e econômicos. Esta tarefa ainda está por ser construída, consolidada, e, entendemos que setores governamentais e parte das elites Latino Americanas não vem priorizando, em suas ações, uma verdadeira democratização da terra, saúde, educação e o acesso à moradia, dentre outros direitos necessários à efetivação da cidadania.

Em particular, dentro da esfera educacional, esta questão fica ainda mais latente, os problemas são de toda ordem, salas de aulas superlotadas, falta de estrutura nas escolas, baixos salários, jornadas estafantes, falta de vagas, especialmente na chamada educação pré-escolar.

Observando alguns dados podemos compreender esse processo, por exemplo, os dados referentes à taxa líquida de matrículas no ensino fundamental e médio (2001/2002).

Elaborado com base em dados do Compendio Mundial da educação 2004. Comparação das estatísticas da educação no mun-

do, Instituto de Estatística da UNESCO, Montreal, 2004.

Países	Ensino Fundamental (%)	Ensino Médio (%)
Argentina	100	81
Bahamas	86	79
Barbados	100	87
Belize	96	60
Bolívia	94	67
Brasil	97	72
Chile	86	79
Colômbia	87	54
Costa Rica	91	51
Cuba	99	
Dominica	91	84
Ecuador	99	50
El Salvador	89	46
Granada	84	
Guatemala	85	29
Guiana	96	74
Haiti	78	19
Honduras	87	
Jamaica	95	75
México	99	60
Nicarágua	82	37
Panamá	99	62
Paraguai	92	50
Peru	100	66
República Dominicana	97	41
Santa Lúcia	99	70
São Cristóvão e Neves	96	91
São Vicente e Granadinas	92	52
Suriname	97	63
Trinidad e Tobago	94	68
Uruguai	90	72
Venezuela	92	57

Como se vê em muitos países ainda não se universalizou o ensino fundamental e, no ensino médio, persiste a situação de calamidade pública. São muitos os filhos que não têm acesso a esse nível de estudo. Isso sem falar da elevada taxa de analfabetismo, em alguns países, em pleno século XXI, conforme demonstra a UNESCO.

Países	Taxa de analfabetismo (%)
Argentina	3,2
Bahamas	4,6
Barbados	0,3
Belize	6,8
Bolívia	14,6
Brasil	13,1
Chile	4,2
Colômbia	8,4
Costa Rica	4,4
Cuba	0,2
El Salvador	21,3
Equador	8,4
Guatemala	31,5
Guiana	1,5
Haiti	50,2
Honduras	25,0
Jamaica	13,1
México	8,8
Nicarágua	33,5
Panamá	8,1
Paraguai	6,7
Peru	10,1
República Dominicana	16,3
Trinidad e Tobago	1,7
Uruguai	2,4
Venezuela	7,5

Fuente: www.uis.unesco.org

Os dados colhidos, entre 2002 e 2003, sobre a relação docente e o número de alunos por sala de aula é mais uma das desigualdades expressa na esfera educativa, especialmente se compararmos as informações com alguns países europeus. O instituto de estatística da UNESCO mostra, por exemplo, que nos pré-primários de países como Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia tem uma média de 13 alunos por professor. Já o Uruguai tem 29, Bolívia 44, Peru 26,8 e Paraguai 25,6.

Em relação aos salários, nota-se grande precarização, se compararmos os dados com os países da OCDE. O professor Pablo Gentili, em seu Livro *Desencanto e utopia: a educação no labirinto dos novos tempos* apresenta o seguinte quadro de remuneração dos docentes na América Latina:

O salário anual dos docentes regulares (estabelecido pelos estatutos para o início da carreira magisterial) atinge, nos países da OCDE, uma média de US\$ 20.530 no nível fundamental e US\$ 23.201 no Ensino Médio. Para os docentes com mais de quinze anos de experiência e nível superior, os salários chegam a US\$ 35.737 e US\$ 41.616, respectivamente. A distância entre esses valores e os que são pagos nos países latino-americanos é, em alguns casos, abismal. No Chile, a média salarial dos professores vai de US\$ 12.711 ao ano (início de carreira) a US\$ 21.237 ao ano (fim de carreira). No nível médio, de US\$ 12.711 (início de carreira) a US\$ 22.209 (fim de carreira). Na Argentina, a média salarial no nível fundamental vai de US\$ 6.759 anuais a US\$ 11.206 (para início e fim de carreira, respectivamente); no nível médio, de US\$ 10.837 a US\$ 19.147. No Brasil, de US\$ 4.732 a US\$ 15.522 no Ensino fundamental (início e fim de carreira); US\$ 8.148 e US\$ 14.530 no Ensino Médio (início e fim de carreira). No Ensino Fundamental, no Uruguai, a média oscila entre US\$ 6.225 anuais a US\$ 13.340 (início e fim de carreira) e de US\$ 6.847 anuais a US\$ 14.672 no nível médio (início e fim de carreira). (GENTILI, 2008, p. 45)

A superação de alguns desses entraves passa, a nosso ver, pelas potencialidades das organizações da sociedade civil e, em especial, os sindicatos docentes. Nesse sentido, estudar os instrumentos dos trabalhadores da educação, que carregam em suas bandeiras reivindicações e ações que possibilitam a milhões de pessoas condições materiais e sociais é fundamental, pois pode ser um pólo aglutinador que conduza alte-

rações no estado de desigualdade imposto pelas classes dominantes.

Referencial teórico

Nossas discussões estão inseridas no campo da construção de um pensamento contra-hegemônico e remontam os debates que são próprios do referencial teórico que se convencionou chamar de marxismo; nele o materialismo histórico dialético é à base de nossas análises e reflexões sobre o desenvolvimento e os protagonistas sociais do sindicalismo docente universitário na América Latina.

Esse referencial teórico tem como expoentes clássicos Karl Marx e Friedrich Engels, além de autores contemporâneos como Antonio Gramsci, Eric J. Hobsbawm e Edward P. Thompson que nos são caros na formulação de uma história social e na abordagem de objetos de pesquisa que são alheios ao mundo das elites, partindo das classes menos favorecidas na sociedade. Este pensar a produção do conhecimento historiográfico revelou amplos laços sociais e culturais pertinentes ao mundo do trabalho, concedeu o papel de protagonistas da história também para classes inferiores e personagens invisíveis da *história oficial*.

Autores, particularmente, envolvidos com as questões educacionais, como é o caso de Florestan Fernandes, Dermeval Saviani, Armando Boito Junior, Gaudêncio Frigotto, José Claudinei Lombardi, Sérgio Lessa e Roberto Leher colaboram conosco na compreensão do materialismo histórico-dialético e sua importância na análise da base material das idéias e sua força material na consolidação da estrutura social capitalista.

No que se refere aos estudos sobre o sindicalismo docente na América Latina e no Brasil, propriamente ditos, podemos

destacar Sadi Dal Rosso, Julián Gindin, Pablo Gentili, María Victoria Murillo, Mariano Palamidessi, Cláudia Vianna, Amarilio Ferreira Júnior que também serão chamados a colaborar com a construção dos nossos estudos.

Metodologia

Identificamos a metodologia de pesquisa nos marcos de uma abordagem qualitativa, fundamentada no materialismo histórico dialético e seus desdobramentos no campo da história social. A pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contanto direto do pesquisador com a realidade estudada, enfatizando mais o processo do que o produto e se preocupa e retratar a pesquisa participante.

O método dialético, entre outras coisas, nos objetiva interpretar a realidade com enfoque na totalidade dos processos que a regem e no reconhecimento da existência do princípio de contradição desses fenômenos. Por isso, está muito ligado ao tema proposto para a presente pesquisa sobre o papel do sindicalismo docente universitário, reconhecidamente povoado de tensões e contradições na realidade histórica e social latino-americana.

A orientação teórica e metodológica da pesquisa envolve a produção do conhecimento com o desenvolvimento das seguintes etapas: a) o conhecimento *in loco* ou vivo do objeto ou fenômeno estudado, trazendo ao seu leitor, sensações, as percepções e a visão do pesquisador; b) a análise dos dados ou fontes obtidas, penetrando na dimensão abstrata dos mesmos (ou seja, conceituado, com categorias de análise, o objeto estudado e não apenas narrando suas observações).

A pesquisa também pressupõe a identificação de uma massa de dados bibliográficos, constituída de obras que se refe-

rencias direta ou indiretamente ao estudo realizado.

A construção da mesma exige a coleta de depoimentos, a realização de entrevistas semi-estruturadas com sindicalistas, pesquisadores acadêmicos e estudiosos que se tem dedicado ao tema do sindicalismo universitário nos países latino-americanos. As entrevistas e depoimentos serão gravados, com a autorização dos participantes, sendo o teor dos mesmos, posteriormente, transcritos na íntegra, respeitando as características e singularidades lingüísticas de cada um dos entrevistados. Os mesmos estarão reproduzidos, integralmente, no apêndice do relatório final da pesquisa.

Lüdke e André (1986) observam que a entrevista representa um dos instrumentos básicos para a coleta de dados, dentro da perspectiva qualitativa, por nós adotada; simultaneamente, cria uma relação de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde, permitindo captar de modo imediato e corrente o teor e a substância da informação desejada, mais do que isso, transformando as entrevistas em verdadeiros depoimentos e concedendo aos sujeitos da pesquisa a sua devida importância histórica e social.

Considerações finais

Após analisar o reduzido número de pesquisas, do escasso estímulo a investigações sobre associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em Educação, do imenso campo aberto para estudos em âmbito nacional e internacional, da necessidade de estimular pesquisas em âmbito nacional e cooperação internacional, resolvemos nos dedicar aos estudos sobre essa temática, com a ambição de transformar a fragmentação teórica, disciplinar e temática dos estudos em terreno fértil sobre o qual se pu-

desse aprofundar e potencializar as investigações em andamento e fomentar novas perspectivas no campo, além de promover e ampliar pesquisas sobre as origens, o desenvolvimento e a história de associações e sindicatos em educação, o que temos feito, com regularidade, nos últimos anos.

Por sua vez, a periodização e a temática, do presente projeto de pesquisa, estão associadas a termos verificados no Brasil, a exemplo do que ocorre em toda a América Latina e no mundo, o avanço e a consolidação de políticas neoliberais, que em palavras sucintas e parciais, transfere os recursos do Estado – anteriormente alocados em serviços públicos característicos do Estado do Bem-Estar Social – para a iniciativa privada, consequência da nova etapa histórica do capitalismo.

A transferência desses recursos do fundo público para os interesses de grandes corporações privadas tem produzido resultados preocupantes no ensino superior latino americano. Setor antes foco de abundantes investimentos até meados da década de 1970, a partir de então se tornou alvo destas políticas neoliberais, tanto no plano econômico/financeiro, como também ideológico. A busca por eficiência e o *produtivismo*, a otimização dos gastos e a necessidade de retornos de resultados que apresentem uma balança favorável para os interesses do capital se tornaram a tônica nesses últimos 20 anos.

No entanto, como todo processo dialético existente, esse fenômeno não se caracterizou como uniforme, linear, progressivo e tranquilo. Muitos de seus objetivos traçados anteriormente não foram completamente alcançados como esperado. Contradições se gestaram e se desenvolveram no interior desta situação. Vozes, mesmo que minoritárias, se levantaram e articularam ações coletivas que promoveram certa

resistência à aplicação destas políticas no interior das instituições de ensino superior, como também críticas – no plano ideológico – desse mesmo fenômeno em praticamente toda América Latina. Uns dos sujeitos sociais que se destacaram nesta resistência foram às entidades representativas dos professores e trabalhadores das universidades, que por suas características e por seus históricos encabeçaram em determinados momentos (e junto com outras entidades, como dos estudantes) a luta em defesa da educação pública, gratuita, de qualidade no ensino superior. Razão pela qual, como um dos principais resultados esperados, salientamos a possibilidade de oferecer aos sindicalistas, sindicatos e associações dos trabalhadores em educação estudados os resultados da pesquisa como forma de estimulá-los na análise e crítica de sua prática social e na preservação do seu lugar na história da educação latino americana.

Referências, obras de apoio e outras fontes

- ABRAMO, Perseu. O professor, a organização corporativa e a ação política, corporativa. In: CATANI, D.; MIRANDA, D. T.; MENEZES, L. C. e FISCHMANN, R. (Orgs.) Universidade, Escola e Formação de Professores. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ALMEIDA, José Maria de. Os sindicatos e a luta contra a burocratização. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.
- ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e posição no Brasil (1964-1984). São Paulo: Edusc, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. O que é sindicalismo? 19ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil. São Paulo: Cortez. São Paulo, 1982.
- _____. (In) Debate sobre a Reforma Sindical e Trabalhista. . In: Instituto Latino-Americano de Estudos Socio-Econômico. (org.) Os desafios do movimento sindical na atualidade. Cadernos de Debates 1. São Paulo: ILAESE, 2005.
- ARCARY, Valério. As esquinas perigosas da história. São Paulo: Ed. Xamã, 2004.
- _____. (In) Cinco observações sobre a crise da educação pública pra uma estratégia revolucionária. . In: Instituto Latino-Americano de estudos sócio-econômicos. (org.) Neoliberalismo e Crise da Educação Pública. Cadernos de Debate 2. São Paulo: ILAESE, 2005.
- ARNAUT, Alberto. La evolución de los grupos hegemónicos en el SNTE. México: CIDE, 1992.
- ARNAUT, Alberto. Historia de una profesión: *Los maestros de educación primaria en México, 1887-1994*. México: CIDE, 1996.
- ARNAUT, Alberto. La federalización educativa y el sindicato nacional de trabajadores de la educación. México, mimeo El Colegio de México 1997.
- ARNAUT, Alberto. La federalización educativa en México: *historia del debate sobre la centralización y la descentralización educativa (1889-1994)*. México: El Colegio de México/CIDE, 1998.
- ARNAUT, Alberto. El poder tras el trono en el Sindicato Nacional de Trabajadores de la Educación. México, mimeo El Colegio de México 2004.
- ARNAUT, Alberto. Origen, evolución y situación actual de la profesión docente en México. In: LA RENOVACIÓN DEL OFICIO DEL DOCENTE: VOCACIÓN, TRABAJO Y PROFESIÓN EN EL SIGLO XXI, 2005, Anais... Buenos Aires. IPPE-UNESCO, 2005.
- ARNAUT, Alberto. Burocracia educativa, profesión docente y asociaciones de maestros em el porfiriato (1887-1910) (versión preliminar). Tese (Doutorado em Histó-

- ria) – Universidad Nacional Autónoma de México, México, 2008.
- ARNAUT, Alberto. Gestión del sistema educativo federalizado. México, mimeo El Colegio de México, 2010
 - ARROYO, M. Mestre, educador e trabalhador: *organização do trabalho e profissionalização*. Tese (Concurso de professor titular) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 1985.
 - ASCOLANI, Adrián. Apóstoles laicos, burocracia estatal o sindicalistas: *dilemas y prácticas del gremialismo docente en la Argentina 1916-1943*. Anuario de Historia de la Educación, Buenos Aires, n. 2, p. 87-102, 1999.
 - ASCOLANI, Adrián. Control ideológico de los sectores populares y reforma educativa en la Argentina de los años '30: *apoyos sociales al gobierno filo fascista de Manuel Fresco en la provincia de Buenos Aires. Estudos do Século XX, Educação contemporânea -ideologias e dinâmica social*, Coimbra, n. 6, p. 111-126, 2006.
 - ASCOLANI, Adrián. Las convenciones internacionales del magisterio americano de 1928 y 1930. Circulación de ideas sindicales y controversias político-pedagógicas. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Educação*, Curitiba, n. 23, p. 71-96, maio/agosto 2010.
 - BARROS, José D' Assunção. "A História Cultural Francesa: caminhos de interpretação." Fenix: Revista de História e Estudos Culturais, v.2, ano II, nº4, Out/Nov/dez/2005. Disponível em: www.revistafenix.pro.br
 - _____. Os campos da história: uma introdução às especialidades da história. Petrópolis: Vozes, 2004.
 - BAUER, Carlos. O despertar libertário. São Paulo: Ed. Pulsar, 1994.
 - _____. Reflexões sobre o tempo e a história e a utopia no cotidiano escolar. São Paulo: Ed. Pulsar, 2005.
 - _____. A classe operária vai ao campus. *Esboço de história social, trabalho precário, resistência e ousadia na universidade brasileira contemporânea*. São Paulo: Sundermann, 2010.
 - Nota del editor: Por razones de espacio no fue posible incluir la extensa bibliografía.